

JARDIM, Silva

* líder republicano.

Antônio da Silva Jardim nasceu a 18 de agosto de 1860 em Capivari (RJ), atual Silva Jardim, filho de Gabriel da Silva Jardim, pequeno lavrador e professor primário, e de Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim.

Estudou inicialmente com o pai, passando aos 11 anos a auxiliá-lo na escola que mantinha. Educado segundo a tradição católica, foi, aos 12, ajudante de sacristão. Aos 13 transferiu-se com o pai para Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro, com o objetivo de fazer os estudos secundários. Depois de frequentar o colégio Silva Pontes, ingressou em 1874 no Mosteiro de São Bento, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, para completar os estudos preparatórios. Nessa instituição fez sua primeira experiência jornalística como redator-chefe do *Labarum Literário*, periódico estudantil em que também escrevia Clóvis Bevilacqua, que se tornaria um dos mais destacados juristas brasileiros. Seu primeiro artigo de natureza política teve a figura de Tiradentes como tema e apresentou tendências republicanas. Para diminuir a distância entre sua residência em Niterói e a escola, mudou-se para a Corte, passando a residir numa “república” de estudantes, entre os quais Raimundo Correia, que se projetaria no panorama da poesia brasileira. Depois de obter, em 1875, aprovação em exames de português, francês e geografia organizados pela Secretaria de Instrução Pública, passou a estudar no Externato Jasper, no centro da cidade. Em más condições financeiras, passou a residir com um primo no bairro de Santa Teresa. Deu aulas particulares e trabalhou por três meses no escritório de uma casa comercial. Em seguida, atuou como explicador no Externato Jasper.

Em abril de 1878 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, transferindo-se, por isso, para a capital. No mesmo ano estreou no campo literário acadêmico, publicando *Ideias de moço*, com Valentim Magalhães, e *Gente do mosteiro*, em que polemizou com colegas. Aderindo ao Clube Republicano Acadêmico, aproximou-se dos estudantes abolicionistas e republicanos e começou a sobressair como orador. Ainda em 1878 conheceu sua futura esposa, Ana Margarida Bueno de Andrada, filha do conselheiro Martim Francisco de Andrada, professor da Faculdade de Direito, chefe de uma das mais influentes famílias

paulistas e prócer do Partido Liberal, em cujo jornal, *Tribuna Liberal*, passou a trabalhar como redator e revisor.

Amigo do advogado, escritor e político liberal Herculano Marcos Inglês de Sousa, organizador Escola Normal de São Paulo, em inícios de 1888 foi nomeado, por indicação deste, secretário do estabelecimento e professor do curso primário anexo. Por essa época, afastou-se da *Tribuna Liberal* para fundar, com Valentim de Magalhães, o diário *Comédia*, do qual foi redator e gerente apenas até abril, quando deixou o jornal, alegando excesso de afazeres. Em seguida retornou à *Tribuna Liberal*, passando a ocupar-se de assuntos da área cultural. Ao mesmo tempo, mantinha correspondência com jornais republicanos do Rio Grande do Sul.

Filiado a sociedades secretas, entre as quais a maçonaria, atuava no movimento abolicionista participando com colegas acadêmicos de ações de roubo de escravos, que eram enviados para refúgios distantes da província. Seguiu a tendência de parte expressiva dos intelectuais brasileiros de seu tempo, aderindo, ainda em 1881, ao positivismo, doutrina sistematizada por Augusto Comte que se apresentava com muitas facetas, da científica à religiosa, e chegava ao Brasil credenciada por sua origem francesa, então referência de elevação cultural. Absorveu do positivismo principalmente a perspectiva política, que, entre outros postulados, apontava a forma republicana como a mais adiantada que a humanidade já produzira. Dessa maneira, fez a passagem da difusa relação que mantinha com o liberalismo, em grande parte alimentada pela ligação com a família Andrada, para o republicanismo e o campo oposicionista ao Império. Em 15 de novembro, participou da fundação do Centro Positivista de São Paulo. Por força das restrições que o positivismo fazia às práticas jornalísticas, deixou de escrever para órgãos de imprensa.

Em inícios de 1882, foi convidado por Inglês de Sousa, então presidente da província de Sergipe, para secretariá-lo, mas declinou do convite depois de consultar seus companheiros do Centro Positivista, refratários ao exercício de qualquer função que pudesse ser interpretada como adesão a um partido monárquico. Transferido logo em seguida para a presidência da província do Espírito Santo, Inglês de Sousa lhe fez novo convite, agora para divulgar métodos pedagógicos inspirados na *Cartilha maternal*, de autoria do poeta e pedagogo português João de Deus Nogueira Ramos e então tida como uma proposta revolucionária de alfabetização. Afastada a possibilidade de que a atividade

fosse entendida como adesão ao governo, aceitou a missão e proferiu palestras para plateias constituídas de professores primários da província. Ainda no mesmo ano, concluiu em dezembro o curso de direito, passando a atuar como advogado, inicialmente em processos relativos à libertação de escravos.

Casou-se em maio de 1883 com Ana Margarida, de acordo com o rito católico, a despeito de sua filiação filosófica, e no fim do ano foi aprovado em concurso para a cadeira de português da Escola Normal, que regeria segundo a orientação positivista. Foi dessa perspectiva filosófica que, em abril do ano seguinte, pronunciou na Escola Normal de São Paulo uma conferência pública que intitulou *Reforma do ensino da língua maternal*.

Logo após o nascimento de seu primeiro filho, fundou, em inícios de 1884, juntamente com o educador e escritor João Köpke, a Escola Neutralidade, voltada para o ensino primário laico, iniciativa que contrastava com o padrão da época, determinado pela união entre o Estado e a Igreja Católica. Em janeiro do ano seguinte, apoiou publicamente a campanha eleitoral do sogro, que, embora monarquista, defendia a causa abolicionista. Após a morte deste e de uma filha recém-nascida, ambas ocorridas em 1885, demitiu-se no ano seguinte do cargo de professor e aceitou o convite do cunhado Martim Francisco Ribeiro de Andrada (neto) para trabalhar em Santos (SP). Aí se tornou seu sócio de um escritório de advocacia e da Escola José Bonifácio, que, com o apoio de Inglês de Sousa, fundaram em maio de 1886 para oferecer ensino laico primário e secundário.

Concentrou-se nas atividades de advogado e professor até 1887, ano que nasceu seu segundo filho homem, em 14 de julho. Tratando-se da data comemorativa da Queda da Bastilha, episódio emblemático da Revolução Francesa de 1789, deu-lhe em batismo o nome de Danton Condorcet, homenageando, respectivamente, um líder político e um escritor diretamente associados àquele evento histórico e reverenciados pelo positivismo. Também em 1887, participou da fundação do Clube Republicano de Santos, condicionando sua participação à inclusão do abolicionismo no programa político da entidade. Sua presença, ainda nesse ano, em uma homenagem a Quintino Bocaiúva, fundador e um dos principais chefes do Partido Republicano brasileiro, lhe valeu críticas da direção do Apostolado Positivista do Brasil, que era adepta de um caminho para a república que passaria pela conversão do imperador à doutrina e não atribuía importância à propaganda republicana. Em consequência, desligou-se da entidade.

A PROPAGANDA REPUBLICANA

Em inícios de 1888, tomou conhecimento da moção que a Câmara Municipal de São Borja (RS) aprovara em 13 de janeiro do mesmo ano no sentido de que fosse realizado um plebiscito para decidir sobre a conveniência de, em caso de falecimento do imperador dom Pedro II – que se encontrava gravemente enfermo na Europa –, assumir o trono a princesa Isabel, sua filha, casada com um estrangeiro – o conde D’Eu – e tida como católica fanática. Tomado pelo impacto geral que o documento causou em Santos e considerando violenta a reação do governo, que determinou a destituição dos vereadores, aceitou convite do republicano Francisco Lobo para fazer uma palestra sobre o assunto em Santos. Em 28 de janeiro, diante de uma platéia que reunia representantes de várias classes sociais e tendências políticas, analisou criticamente o regime monárquico e a família real brasileira, propondo, ao final, uma moção de apoio aos vereadores gaúchos e de protesto contra a ação repressiva do governo imperial. A conferência, que intitulou *A pátria em perigo*, alcançou expressiva repercussão, por ter sido transcrita em jornais republicanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e projetou-o nacionalmente como iniciador de uma nova fase da propaganda republicana. Convidado por correligionários de Limeira (SP) para fazer na cidade uma conferência semelhante, encontrou resistência por parte dos chefes republicanos paulistas, mas fez o pronunciamento mesmo assim. Em seguida, articulou com Francisco Glicério, líder republicano em Campinas (SP), a realização de uma palestra na cidade. O ato aconteceu em fevereiro e, depois de falar para cerca de duas mil pessoas, conseguiu novamente aprovar uma moção de repúdio à hipótese de um terceiro reinado. Na ocasião, defendeu a adoção da pena capital contra o conde D’Eu, caso ele viesse a resistir no dia em que a monarquia fosse deposta.

De volta a Santos, promoveu, em 5 de março, novo comício, agora em solidariedade às forças armadas diante do “caso Leite Lobo”, relativo a um oficial reformado da Marinha que, no dia 28 anterior, havia sido objeto de violência por parte de policiais, que teriam também desrespeitado um tenente-coronel do Exército que interviera em favor de seu colega. Através do Clube Naval, oficiais lotados na capital paulista exigiram do governo uma reparação, recebendo apoio do Clube Militar. Em face da eclosão de vários conflitos de rua envolvendo policiais e militares, o governo proibiu os primeiros de deixar os

quartéis, passando o policiamento da cidade a ser feito por soldados.

O episódio fez recrudescer a tensão nas relações entre setores militares e o Estado monárquico, degradadas desde 1884, quando se sucederam conflitos, de início apenas disciplinares, que em conjunto ficariam conhecidos como “Questão Militar”. As relações entre militares e o governo entraram em fase de grande desgaste durante o ano de 1887, propiciando a projeção de novos líderes entre os oficiais, em particular o general Deodoro da Fonseca e o major Benjamin Constant Botelho de Magalhães. A reivindicação de direitos políticos análogos aos exercidos pelos cidadãos civis implicava a contestação dos padrões disciplinares e hierárquicos baseados na ideia da “obediência passiva e inconsciente”. A imprensa republicana discutia o papel dos militares na sociedade brasileira, defendendo a formação de um Exército permanente constituído por cidadãos conscientes de seus direitos – “soldados cidadãos”. Quintino Bocaiúva, à frente de *O País*, Júlio de Castilhos, em *A Federação*, e Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*, se destacavam na propaganda dessa proposta. A corrente de opinião que, a partir dessa idéia, se desenvolveu entre os republicanos evoluía no sentido da formulação de uma estratégia de aliança com os militares para destituir a monarquia.

Para angariar apoios, Silva Jardim visitou o couraçado *Bahia*, então fundeado no porto de Santos, e convidou a oficialidade para participar do ato político. Publicou em *O País* o artigo “Soldados! Em guarda!”, em que caracterizava como opressora a atitude do governo em relação aos militares e apresentava o que chamou de “teoria da liberdade espiritual do cidadão fardado”. Alguns dias depois, fez uma conferência que intitulou *O Exército e a nação*, assistida por militares, diante dos quais reivindicou “o direito do Exército a ser considerado corporação de homens livres, e não uma horda de janízaros ao serviço imperial”, fazendo referência ao antigo corpo de guarda do sultão turco, sinônimo de aparato repressivo de um tirano. Foi mais uma oportunidade de travar contatos com setores militares, junto aos quais a propaganda republicana ainda era incipiente. Ele próprio mantinha relações superficiais com alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro e tivera, pouco tempo antes, seu nome escolhido para batizar um clube republicano da Escola Militar do Rio Grande do Sul. Em suas memórias, atribuiria grandes dimensões ao “caso Leite Lobo”, que teria chegado à possibilidade de um movimento separatista, evitado apenas pela intervenção do líder republicano Francisco Rangel Pestana, a demissão do

chefe de Polícia de São Paulo e, por fim, a do próprio chefe do Gabinete, barão de Cotegipe.

Em 7 de abril fez nova conferência em Campinas, agora no Clube Republicano da cidade, na presença de Prudente de Moraes e Manuel de Campos Sales, importantes dirigentes do Partido Republicano Paulista (PRP) e futuros presidentes da República. A alternativa republicana se espalhava, embalada pela iminência da abolição definitiva da escravidão. Estava em Santos quando, em 13 de maio de 1888, foi aprovada a lei que extinguiu o trabalho escravo no país, e participou dos festejos promovidos pelos libertos, que se estenderam por um mês. No comício que encerrou as festividades na cidade, fez um discurso, caracterizado por ele mesmo como “conciliante e moderado” e dirigido aos proprietários rurais descontentes com a monarquia por lhes ter causado a perda dos escravos sem indenizá-los.

Ainda em maio, participou, no dia 22, de um congresso do PRP, representando Santos. Defendeu na ocasião métodos que considerava revolucionários para a derrubada da monarquia e a implantação da república. Segundo registrou em suas memórias, a resistência que encontrou às suas ideias lhe fez perceber que “tinha-se em verdade passado o tempo das revoluções feitas somente à força da espada ou à força de dinheiro: o essencial era preparar a opinião pública”. Ainda assim, foi escolhido para integrar, com Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, a comissão que redigiu o manifesto do partido, dando ênfase à luta contra o Terceiro Reinado.

Desligando-se da sociedade que mantinha com seu cunhado no escritório de advocacia, com o dinheiro que recebeu do acordo que fizeram financiou o prosseguimento de sua atividade propagandística. Em 2 de julho, recebeu convite dos republicanos de Limeira (SP) para proferir uma palestra na cidade, o que fez depois de passar por Rio Claro (SP). Em seguida, discursou em várias cidades das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro: São Carlos do Pinhal (atual São Carlos), Campinas, São Paulo, Jacareí, Pindamonhangaba, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena, Resende, Barra Mansa, Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Petrópolis, Rio de Janeiro, Friburgo, Cantagalo, São Fidélis, Campos, Macaé, Barra de São João, Capivari (atual Silva Jardim), Rio Bonito, Itaboraí e Niterói. Por onde fazia palestras, tomava conhecimento da precária organização do campo republicano. Em muitas localidades, seus apoiadores eram, mais do que republicanos, proprietários rurais

descontentes com a abolição sem indenização. Em outras, havia divisões entre os republicanos históricos e aqueles conhecidos como “republicanos de 13 de maio”, cujo ressentimento em relação à Coroa era, com frequência, acusado de explorar.

Em 21 de agosto, véspera do retorno do imperador da Europa, onde fora tratar da saúde, fez mais uma provocação à monarquia, realizando uma conferência no Teatro Lucinda, situado na praça da Constituição, atual praça Tiradentes, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Alvo de pedras lançadas por manifestantes monarquistas, foi defendido por companheiros, entre os quais Cândido Mariano da Silva, aluno da Escola Militar que, mais tarde, acrescentaria Rondon ao sobrenome. Nas eleições realizadas no dia 31 seguinte, foi indicado por vários distritos, mas não logrou eleger-se, atribuindo o resultado negativo a fraudes eleitorais.

Em 12 de setembro, fez uma conferência para contestar Joaquim Nabuco, destacado líder abolicionista defensor da monarquia, que se opusera na Câmara dos Deputados à entrada de um parlamentar republicano que se recusava a fazer o juramento católico. Na ocasião, exortou o povo do Rio de Janeiro a lutar contra a dinastia no poder e a monarquia. Defendeu, também, os proprietários rurais acusados de aderir ao campo republicano apenas por causa abolição sem indenização. Enquanto discursava, foi alvo de apupos e pedradas, que, no entanto, não o atingiram. Alguns dias depois sustentou, em conferência realizada no Teatro Politeama, a posição dos proprietários de imóveis contra o projeto do governo sobre distribuição de águas, afinal derrotado na Câmara dos Deputados, e defendeu, no Teatro São Pedro, atual Teatro João Caetano, o descanso semanal aos domingos reivindicado pelos empregados do comércio.

Participou, em 9 de outubro, de outro congresso republicano, ao qual enviaram delegados apenas as províncias da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, além da Corte. Na ocasião foi escolhido para integrar, com Francisco Glicério e Francisco Portela, a comissão encarregada de elaborar a lei orgânica do Partido Republicano nacional. Em seguida, passou a assinar seção oficial do Partido Republicano inserida pelo jornal *O País* entre suas colunas. Rapidamente transformou-se em líder de uma corrente à qual não agradavam os métodos políticos adotados pela direção partidária nacional, caracterizada como excessivamente moderada por se orientar por concepções de cunho liberal-democrático. Entendia que a situação política do país já estava madura para a implantação

da república, mas que isso só seria possível por meio de um movimento revolucionário em que amplos contingentes da população fossem envolvidos. Tal posição, que Joaquim Saldanha Marinho, chefe nacional do partido, apoiava, mas não publicamente, era, contudo, minoritária, sendo defendida apenas pelas seções pernambucana e rio-grandense-do-norte, as quais Silva Jardim representava na Corte. Segundo registrou em suas memórias, entre os chefes republicanos de São Paulo, apenas Francisco Glicério aderira à ideia de revolução.

Em 13 de novembro, realizou-se na Corte o Congresso Republicano Provincial, durante o qual foi criado o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. De maneira semelhante ao que acontecera em províncias como Maranhão, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte, os republicanos capitalizaram a insatisfação com a Coroa no campo monarquista. Graças à adesão de escravocratas ressentidos, o movimento republicano fluminense, que até então vegetara na maior parte da província, viabilizou-se após a abolição. Entre junho e novembro, haviam surgido, em geral por iniciativa de tradicionais chefes monarquistas, clubes republicanos em mais de 20 municípios fluminenses, muitos dos quais palco da propaganda feita por Silva Jardim pouco tempo antes, como Paraíba do Sul, Capivari e Valença.

Criado o novo partido, Silva Jardim foi eleito delegado da capital e presidente da comissão executiva, também integrada por Alberto Torres, secretário, Antônio Furquim Werneck de Almeida, tesoureiro, Francisco Portela e Virgílio Pessoa, delegados do Norte, e Antônio Santos Werneck e Teófilo de Almeida, representantes do Sul fluminense. Foi também autor do manifesto de fundação, cuja principal preocupação era justificar a presença decisiva dos proprietários rurais no partido, explicando, segundo fórmula apresentada por Santos Werneck no manifesto do partido da Paraíba do Sul, que eles se haviam tornado republicanos “depois da abolição e não por causa dela”. Embora não estivessem representados na direção do partido, entregue a tradicionais republicanos, a participação dos monarquistas dissidentes foi fundamental para dar vida à nova agremiação e neles o republicanismo fluminense encontrou uma base social, o que resultaria no crescimento substancial de sua organização política.

Em 23 de novembro, fez uma conferência para contestar os argumentos monarquistas de Joaquim Nabuco, que era seu colega nas páginas de *O País*, onde ambos dissentiam em torno da questão do regime político, e era também, como reconheceu em suas memórias, “o

único adversário de temer”. Após criticar o adversário, convocou a população do Rio de Janeiro e o Partido Republicano, em particular, a cumprir seu dever naquele “momento crítico para a nação brasileira” e a apressar “a sua transformação política”. Ao sair do prédio, foi ameaçado por um grupo de libertos, mas seus amigos o defenderam. Em 30 de dezembro, fez, sem a sanção do Conselho Federal republicano, uma segunda conferência contra Joaquim Nabuco. O local escolhido foi a Sociedade Francesa de Ginástica, localizada na travessa da Barreira, no centro da cidade, atualmente uma rua batizada com seu nome. Ali, dois meses antes, militares, majoritariamente alunos da Escola Militar, haviam feito uma assembleia e aprovado uma moção de apoio a colegas do Rio Grande do Sul em conflito com o governo, ainda no contexto da Questão Militar. Durante o comício, registrou-se a primeira aparição pública da Guarda Negra, agrupamento constituído principalmente por libertos e ex-policiais, organizados por defensores da ação abolicionista da princesa Isabel, inclusive João Alfredo Correia de Oliveira, então presidente do Conselho de Ministros, para sustentar a monarquia por meio de ações violentas, que agrediam pessoas e perturbavam eventos associados ao republicanismo. Enquanto discursava, foi alvo de forte ataque a pedradas e tiros, que, embora não o atingissem, deixaram mortos e feridos entre os republicanos. Diante de boatos que davam conta de um provável atentado à sua residência, Alberto Torres e Cândido Mariano passaram a noite com ele.

Em face da hesitação da direção nacional em apoiar os seus métodos de propaganda, demitiu-se dos cargos que ocupava no partido – representante do Município Neutro na direção, membro da comissão financeira e redator da coluna n’*O País* – para poder atuar livremente, com total autonomia em relação às instâncias partidárias. Informado de seu projeto, o chefe nacional republicano, Quintino Bocaiúva, reconhecendo que não tinha condições de se responsabilizar por uma propaganda com tal grau de combatividade, o autorizou a, juntamente com Cândido Barata Ribeiro, futuro prefeito do Rio de Janeiro, organizar um centro diretor paralelo ao nacional para coordenar tais ações, o que acabaria não ocorrendo. No dia 6 de janeiro de 1889, Silva Jardim publicou em *O País* um manifesto que intitulou *Carta política*, dirigido ao Partido Republicano e à população. Nele, repudiava a orientação republicana moderada, denunciava “a luta que o governo abrira com o Partido Republicano e, em especial, com os republicanos lavradores” e previa

que a revolução se daria naquele ano, quando se comemoraria o centenário da Revolução Francesa. O manifesto recebeu muitas adesões individuais e coletivas de vários pontos do país. Em seguida, transferiu a sua coluna para a *Gazeta de Notícias*, também do Rio de Janeiro.

Por essa época, segundo relata em suas memórias, foi procurado pelo tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, envolvido em episódios da chamada Questão Militar e decidido a articular uma ação contra o governo, que, segundo entendia, o estava afrontando. Em reunião de que também participou Aníbal Falcão, combinaram que Silva Jardim partiria em excursão de propaganda pela província de Minas Gerais, onde levantaria recursos para comprar armas, enquanto Sena Madureira organizaria seus contatos no Exército. Na volta ao Rio de Janeiro, Silva Jardim faria um comício em que estimularia os adversários a atacarem-no. A pretexto de garantir o direito de reunião dos republicanos, a tropa seria mobilizada e, juntamente com civis, marcharia contra o palácio imperial, no bairro de São Cristóvão, e prenderia os ministros. Acertaram, ainda, que, vitoriosa a revolução, como designaram o movimento, constituiriam uma comissão ditatorial em que militares assumiriam as pastas da Guerra e Marinha, para manter a unidade das forças armadas e a ordem.

Para preparar a viagem por Minas Gerais, Silva Jardim deixou a família em São Paulo e retornou ao Rio de Janeiro. Sentindo-se adoentado, passou alguns dias no hotel das Paineiras, em zona alta da cidade onde se costumava veranejar. Febres intensas chegaram a colocar sua vida em risco. Enquanto se recuperava, conviveu no hotel com membros das elites sociais e políticas do país, entre os quais o barão de Cotegipe. Sabendo-o desgostoso com o imperador, convidou-o a aderir ao Partido Republicano. O ex-ministro lhe teria respondido que estava velho para isso, mas não lhe faria oposição. Nesse ínterim, chegou-lhe a notícia da morte de Sena Madureira, vítima de uma moléstia aguda. Prejudicado o aspecto militar do plano que elaborara com ele, manteve a parte propagandística, e, ainda em fevereiro, partiu, mais uma vez sem o apoio da direção do Partido Republicano nacional, para Minas Gerais. Aí, a despeito de alguns problemas criados por adversários, fez contatos e comícios em Juiz de Fora, Cataguases, Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco, Mar de Espanha, Leopoldina, Tombos do Carangola (atual Tombos), Patrocínio,

São José de Além Paraíba (atual Além Paraíba), São João del Rei, São José del Rei (atual Tiradentes), Ouro Preto, então capital da província, e Barbacena, entre outras localidades.

Em maio, o Congresso Republicano Federal, reunido em São Paulo, consagrou a tese, da qual Quintino Bocaiúva era o mais expressivo defensor, de que se deveria privilegiar uma campanha doutrinária pela imprensa como caminho para o advento gradual da República. Entretanto, ele mesmo advertiu seus correligionários para a eventualidade de terem de recorrer à ação armada para atingir os objetivos do partido. De comum acordo, os membros do Conselho Federal pediram demissão de seus cargos, e o órgão foi extinto. Quintino foi eleito chefe nacional. Essa decisão implicou a derrota da corrente liderada por Silva Jardim, que, no dia 28, publicou o manifesto “Programa verdadeiro e prático do Partido Republicano”, no qual declarava não reconhecer a legitimidade da eleição de Quintino nem a validade de sua orientação política, que deveria ser substituída por uma que conduzisse ao estabelecimento de uma república ditatorial, alicerçada em um Executivo presidencial forte, instituído pela vontade popular e fiscalizado por uma Assembleia Nacional e pela opinião pública. Prosseguindo nos dias seguintes a discussão na *Gazeta de Notícias*, denunciou a ditadura que um pequeno grupo de paulistas estaria exercendo sobre o partido em aliança com Quintino Bocaiúva, cuja orientação política não era, no seu entendimento, mais progressista do que a do Partido Liberal, o que vinha resultando no enfraquecimento partidário, apenas revigorado pela abolição da escravidão. Em consequência, rompeu com o partido, no que foi apoiado pelas seções de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Em 7 de junho de 1889, o visconde de Ouro Preto assumiu a chefia do Conselho de Ministros, comprometido com um programa que objetivava neutralizar o avanço do republicanismo no país. Para impedir o êxito desse plano, Silva Jardim planejou um comício popular contra o governo que, no seu entender, deixaria Ouro Preto diante de um impasse: se o autorizasse, demonstraria fraqueza; se o proibisse, atrairia para si grande impopularidade. Como a direção do Partido Republicano desautorizasse a realização do comício, não o realizou. Entretanto, pôs em prática outro plano de combate à monarquia. Embarcou, em 12 de junho, no mesmo navio em que o conde D’Eu viajava para o Norte do país, com o propósito de, a partir de lá, retornar à Corte fazendo pelo caminho propaganda da monarquia e de um possível Terceiro Reinado. Silva Jardim pretendia acompanhá-lo até

Pernambuco, que considerava o “centro do Norte”, de maneira que, quando o príncipe por lá passasse, de volta do Amazonas, encontrasse um ambiente adverso, propenso ao republicanismo. Segundo declarou em suas memórias, estava convencido de que assim contribuiria para abortar um plano que o governo teria de consolidar a posição da monarquia no Norte, e, daí, atacar a oposição no Sul. No dia 16, uma parada em Salvador quase lhe custou a vida, ameaçada por membros da Guarda Negra. Em Maceió, a recepção foi tranquila. Em Pernambuco, onde chegou no fim do mês de junho, com forte apoio dos republicanos locais, liderados por Aníbal Falcão e José Isidoro Martins Júnior, fez conferências em Nazaré (atual Nazaré da Mata), Olinda, Palmares, Escada e Vitória (atual Vitória de Santo Antão). Em Recife, contudo, a total ausência de segurança, que o chefe de Polícia alegou não poder garantir, o fez suspender o comício programado, substituído por um manifesto de protesto e acusações contra o governo e a monarquia.

A REPÚBLICA E A POLÍTICA FLUMINENSE

No contexto de aproximação entre líderes republicanos e militares descontentes com o governo, em outubro de 1889 Quintino Bocaiúva procurou Benjamin Constant, agora tenente-coronel, para conversar sobre o momento político. No encontro, realizado no dia 26, foi acertado um plano de contatos com outros elementos republicanos, que aconteceriam nos dias seguintes. Convieram, ainda, que seria importante publicar artigos que acirrassem o ânimo do Exército contra o governo, atribuindo-lhe medidas contrárias ao moral e à economia pessoal dos militares, bem como a seus direitos à estabilidade e vitaliciedade no cargo. Nos dias seguintes, *O País* publicou vários artigos na linha acertada, um dos quais acusava o governo de pretender reapresentar ao Parlamento a “lei do montepio obrigatório”, considerada pelos militares lesiva aos seus direitos e brios. Esse artigo, comentado e endossado em seguida por Rui Barbosa nas páginas do *Diário de Notícias*, teve forte repercussão entre a oficialidade do Exército.

A ação na imprensa traduzia e estimulava uma tendência que começava a surgir no interior da direção partidária no sentido de aceitar uma aliança com setores militares como meio de acelerar o advento da república. Intensificavam-se os contatos com oficiais envolvidos em conflitos com o governo. Os republicanos da província do Rio de Janeiro

foram convocados a apoiar a candidatura do marechal Deodoro da Fonseca ao Senado, afinal derrotada.

O dirigente máximo republicano participou, também, na noite do dia 11 de novembro, de um encontro com militares e civis envolvidos na conspiração republicana em andamento. A reunião aconteceu na residência de Deodoro da Fonseca, que anunciou sua adesão à ideia de derrubar a monarquia. Na ocasião, Quintino Bocaiúva foi incumbido de organizar o futuro ministério republicano. Silva Jardim era mantido desinformado das articulações, mas, nesse mesmo dia, o grupo de Aníbal Falcão foi avisado por um emissário de Benjamin Constant de que se preparava um movimento armado para implantar a república no país e solicitava seu apoio.

Em novo contato, fixou-se o dia 20 de novembro para a deflagração do levante. Entretanto, instigados por boatos de que o governo prenderia alguns dos líderes da conspiração, os corpos militares aquartelados no bairro de São Cristóvão decidiram entrar em ação. Na madrugada de 15 de novembro, cercaram o Quartel-General do Exército, onde se encontravam reunidos o chefe do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto, e os titulares das pastas. Em poucos minutos a força que guarnecia o prédio foi dominada, sem reação, e logo confraternizou com os rebeldes. Silva Jardim só tomou conhecimento dos fatos depois que as ruas da cidade e os grupos de populares começaram a se agitar. Com vários companheiros de luta política, entre os quais Aníbal Falcão e José do Patrocínio, dirigiu-se à Câmara Municipal, onde o último, na condição de mais jovem vereador, declarou instituída a República.

No dia seguinte, o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* informava a composição do governo provisório republicano: Deodoro da Fonseca (presidente); Benjamin Constant (Guerra); Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores, cumulativamente com Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto o futuro titular, Demétrio Ribeiro, não chegava do Rio Grande do Sul, o que aconteceria no dia 6 de dezembro). Também ainda não se encontrava no Rio de Janeiro o futuro ministro da Justiça, Campos Sales. À tarde, o governo provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Na província do Rio de Janeiro, o presidente Carlos Afonso de Assis Figueiredo, irmão do

deposto visconde de Ouro Preto, optou, depois de breve tentativa de reação ao golpe republicano, por renunciar em favor de Rufino Furtado de Mendonça, um dos seus vice-presidentes. Entretanto, Niterói já passara ao controle do capitão Francisco Vítor da Fonseca e Silva, que havia assumido o comando do Corpo Policial da capital fluminense. Por fim, o governo provisório, por indicação de Quintino Bocaiúva, nomeou Francisco Portela presidente do, agora, estado do Rio de Janeiro. Bem recebido inicialmente pelos republicanos fluminenses como um todo, seu nome também não despertou resistências por parte dos monarquistas, preocupados em aderir ao novo regime e influir em sua organização.

Os primeiros dias republicanos no estado do Rio, como em todo o país, foram, contudo, marcados por intensa disputa política. Republicanos tradicionais, convertidos de “13 de maio”, adesistas de “15 de novembro” e monarquistas recalcitrantes passaram a se enfrentar ou estabelecer alianças, sempre tendo como referência a posição do governo provisório. Para expressivos setores do Partido Republicano fluminense, a nomeação de Portela, apesar de sua identificação histórica com o republicanismo provincial, resultara da delegação de um poder externo ao estado.

Marginalizado da dinâmica do poder central, Silva Jardim tentou consolidar-se como alternativa de liderança política. Alinhou-se com os defensores da implantação de uma ditadura republicana, divergindo da corrente positivista militar e dos liberais capitaneados por Quintino Bocaiúva e demais líderes republicanos no poder. No dia 17 de novembro, foi apresentado a Benjamin Constant, que, embora fosse um dos principais disseminadores do positivismo no país, mantinha-se em posição de independência no governo provisório. Segundo registrou em suas memórias, o ministro da Guerra lhe explicou que não o havia posto a par da conspiração contra a monarquia porque tivera informações que o classificavam de “republicano sanguinário”, e o movimento se pretendia pacífico.

Decretadas as primeiras medidas de reconstitucionalização do país, e convocado, em 21 de dezembro de 1889, o Congresso Nacional Constituinte para reunir-se em 15 de novembro do ano seguinte, Silva Jardim foi nomeado para a comissão encarregada de elaborar o regulamento eleitoral pelo qual seriam escolhidos os deputados e senadores que redigiriam a primeira Constituição republicana do país. O trabalho da comissão resultou no Regulamento Lobo (Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890), assim chamado por

associação ao ministro Interior que o assinou – Aristides da Silveira Lobo – e, entre outras disposições, estabeleceu a alfabetização como condição para o exercício do direito de voto. No plano estadual, a ação desorientadora de Francisco Portela, cuja política de nomeações agravava as divisões dentro do Partido Republicano, o levava progressivamente para a oposição. No congresso realizado em Niterói a 15 de abril de 1890, e convocado por iniciativa de Silva Jardim para reorganizar a direção partidária no estado, a posição em face do governo provisório polarizou as discussões. Silva Jardim, assim como Nilo Peçanha, conclamou os delegados a apoiarem-no, embora marcando sua posição divergente ao declarar que essa atitude era “um ato de submissão voluntária” e “o maior sacrifício que se possa exigir da consciência democrática”. Quanto à situação política estadual, a oposição a Portela obteve no congresso vitórias importantes, em especial sua exclusão da direção partidária. Silva Jardim teve aprovada proposta de redução – de seis para cinco – do número de integrantes do diretório, no qual foi mantido, assim como Teófilo de Andrade e Santos Werneck. Também deixaram o diretório Alberto Torres, alinhado com a oposição, e Virgílio Pessoa, ligado ao governador. As duas vagas assim abertas foram preenchidas por Francisco Santiago e Oscar Varady, ambos partidários da orientação de Silva Jardim.

Aberta a temporada de montagem das chapas de candidatos ao Congresso Nacional Constituinte em todo o país, Silva Jardim teve seu nome indicado em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. No estado do Rio, foi convidado por Portela a integrar a lista oficial, mas, assim como outros líderes partidários, não aceitou, por considerar que Portela estava alijando o Partido Republicano da direção política do estado. Concorrendo a deputado na lista do partido – a “chapa do Diretório”, como ficou conhecida –, da qual faziam parte Alberto Torres, José Tomás da Porciúncula e outros veteranos propagandistas republicanos, bem como monarquistas recém-convertidos à República, no pleito realizado em 15 de setembro obteve apenas 4.573 votos e não se elegeu, tendo a chapa governista preenchido todas as vagas.

Decidido a retirar-se da vida política, Silva Jardim foi substituído na direção do partido por Francisco Pinto Ribeiro. Desapontado com o quadro político do novo regime, registraria, pouco tempo depois, em suas memórias: “Quanto a mim, seria talvez depois vencido pela República; não vencido na minha pessoa, o que pouco importava, mas bastante vencido em meus ideais”.

Depois de uma tentativa, frustrada, de fundar um jornal, que seria gerido por companheiros republicanos fluminenses e se chamaria *Política*, partiu em 2 de outubro de 1890, na companhia do filho mais velho e do amigo Joaquim Carneiro de Mendonça, em viagem para a Europa, pretendendo aprofundar seus conhecimentos sobre direito e política e preparar-se para voltar à vida pública no Brasil. Desembarcou em Portugal, seguindo depois para a França. Enquanto estava nesse país, recebeu do Brasil uma petição, assinada por cerca de três mil eleitores, que o instava a retornar ao cenário político nacional. Visitou, também, a Holanda, a Bélgica e a Inglaterra. Durante a viagem preparava os originais de um livro, que intitulou *Memórias e viagens*, e revia os textos de seus discursos. Segundo a *Gazeta de Notícias*, mantinha-se na Europa graças ao auxílio financeiro de um amigo. Em 1º de julho de 1891, fez uma viagem de turismo à Itália, na companhia de Joaquim Carneiro de Mendonça. Em Nápoles, visitava o vulcão Vesúvio quando escorregou e caiu em uma de suas bocas, desaparecendo.

Após sua morte, sua esposa deu à luz o quarto filho. Tendo ficado a família em dificuldades materiais, a *Gazeta de Notícias* e o banqueiro Rodolfo Abreu organizaram uma campanha para arrecadar contribuições financeiras em seu auxílio. Na Câmara dos Deputados, Nilo Peçanha apresentou projeto que concedia uma pensão à viúva.

Foi sócio-benemérito da Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro, de Santos.

Além dos trabalhos já mencionados, publicou: *O general Osório* (1879); *A crítica de escada abaixo* (1880); *Memórias e viagens* (póstuma, 1891) e *Propaganda republicana* (póstuma, 1978). Sobre sua vida, foram publicados, entre outros, *Paixão e morte de Silva Jardim*, de Maurício Vinhas de Queiroz (1967), *Perfil político de Silva Jardim*, de Heitor Ferreira Lima (1987), e os artigos “Silva Jardim: a República e o vulcão”, de Francisco Foot Hardman (*Estudos Avançados*, 1998) e “Ação política e pensamento de Silva Jardim”, de Maria Fernanda Lombardi Fernandes (*Teoria & Pesquisa – Revista de Ciências Sociais*, 2007).

Em sua homenagem, o município de Capivari passou a se chamar Silva Jardim em 1943 e a localidade de Ilha Grande (SP) foi batizada, em 1896, de Jardinópolis, vindo a tornar-se município dois anos depois.

Renato Lemos

FONTES: BOHERER, G. *Monarquia* ; CÂM. MUN. SÃO BORJA. Disponível em: <<http://www.camarasaoborja.com.br/index.php?pagina=noticia&id=673>>. Acesso em 13/7/2011; CARVALHO, M. *Organização*; DOMAS FILHO, J. *Silva*; Férias Tur. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/9282/jardinopolis-sp.html>>. Acesso em: 29/7/2011; JARDIM, A.. *Memórias*; LEÃO, J. *Silva*; LEMOS, R. *Alternativa* (v. 3, pp. 401-444); LEMOS, R. *Implantação* (p. 25-94).